

PROTESTANTES E CATÓLICOS EM MATO GROSSO: RELAÇÕES CONFLITIVAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Cláudio Alves de Vasconcelos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Departamento de Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Campus de Dourados.

Com a proclamação da República brasileira e a promulgação da sua primeira Constituição em 1891, ficou estabelecida a separação entre a Igreja e o Estado e a plena liberdade de culto a todos indivíduos e confissões religiosas em todo o território nacional. A partir desse momento, a Igreja Católica foi obrigada a se reestruturar para impedir que religiões protestantes se estabelecessem e conquistassem os espaços até então protegidos pela legislação. No estado de Mato Grosso a reação católica se manifestou nas atitudes do seu arcebispo que, na década de 20 do século passado, liderou um movimento anti-protestantista, associando a expansão religiosa protestante ao imperialismo norte-americano. Os protestantes não ficaram passivos e além de rebaterem as acusações católicas promoveram também um grande movimento com o objetivo de caracterizar a Igreja Católica como inimiga secular de todas as conquistas liberais.

Palavras-chave: Igreja Católica, Religiões Protestantes, Mato Grosso.

Together with the proclamation of the republic in Brazil and the promulgation of its first Constitution in 1891, it was established the disconnection between the Church and the State as well as the full freedom of worship to all individuals and religious confessions in the whole country. Since that moment, the Catholic Church has been forced to reorganize itself to prevent protestant religions from establishing and conquering the spaces that were, until then, protected by the legislation. In the state of Mato Grosso the catholic reaction was exposed in the attitudes of its archbishop, who, in the last century decade of 20, led an anti-protestants movement, associating the protestant religious expansion to the North American imperialism. The Protestants did not keep inactive and not only returned catholic accusations but also promoted a great movement in order to classify the Catholic Church as secular enemy of all the liberal conquests.

Keywords: Catholic Church, Protestant Religions, Mato Grosso State.

“Si deixarmos estupidamente que o protestantismo destrua os nossos altares, as nossas imagens, o Crucifixo que beijaram na agonia os nossos antepassados, e a Cruz que lhes vela o último jazigo, não tardará o dia em que, nas garras do imperialismo, tenham a mesma sorte as bandeiras da nacionalidade.” (Corrêa, 1926:41)¹

O presente trabalho está sistematizado em duas partes: primeiramente, num plano mais geral, busca-se no século XIX, período da implantação do protestantismo no Brasil, as raízes dos conflitos entre católicos e protestantes; num segundo momento, é feita uma análise de conflitos estabelecidos entre católicos e protestantes – protestantes e católicos em Mato Grosso, no início do século XX. Portanto, são levados em consideração elementos de caráter estrutural que persistiram, durante séculos, como parte da história da Europa e, em seguida, da América; elementos conjunturais, no século XIX, com o Império e a transição para a República; e elementos pontuais, a década de 20 do século passado, quando ações de religiosos se destacaram no contexto do cotidiano da sociedade mato-grossense.

Não cabe aqui analisar as primeiras experiências calvinistas no Brasil, no período de 1630 a 1650, quando os holandeses ocuparam o nordeste e norte do país². Apenas lembrar que as desavenças entre católicos e protestantes datam do início da colonização e que a presença de religiões *estrangeiras* no Brasil foi descartada pela metrópole portu-

¹ CORRÊA, F. de A. Imperialismo e Protestantismo: conferência realizada em Cuiabá, no dia 12 de abril de 1926, no salão do Lyceu Salesiano. O jornal A CRUZ, da LIGA CATHOLICA da Archidiocese de Cuiabá, encaminhou a redação ao arcebispo de Mariana, Helvécio G. de Oliveira, que mandou editá-la, no mesmo ano.

² Nesse período, outras religiões também se estabeleceram no Brasil: o Nordeste se transformou *num verdadeiro paraíso de judeus, que cbegaram a ter quatro sinagogas...* Ver BEOZZO, J. O. Religiões na história do Brasil. *Vereda*, Belo Horizonte, UFMG/Fundação do Movimento Direito e Cidadania, v. 1, n. 1, pp. 107-124.

guesa, voltando ao cenário apenas no início do século XIX, quando Anglicanos, por pressões políticas e econômicas, obtiveram as bases legais para seu estabelecimento.

O Tratado de Comércio e Navegação, de 19 de fevereiro de 1810, pelo seu artigo XII, concedeu liberdade de culto aos ingleses e a “tolerância religiosa a outros acatólicos residentes no Brasil. O Tratado expressava claramente: que os vassallos de sua Majestade Britânica, residentes nos territórios e domínios, não serão perturbados, inquietos, perseguidos, ou molestados por causa de sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus.”³ Mas essa liberdade continha limites. Restringia-se à licença para assistirem e celebrarem os seus cultos entre si, mas não lhes permitia a sua divulgação. A punição para os infratores era rigorosa: a deportação. No entanto, por mais restrita que fosse tal liberdade, representou um dos primeiros passos no longo processo de desvinculação da Igreja do Estado.

Estabelecido o Império Brasileiro⁴, novas experiências de implantação de Igrejas protestantes foram realizadas. Primeiro, os luteranos alemães, em seguida reformados suíços e

³ Art. XII, *apud* REILY, D. A. 1984. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, Aste, p. 26.

⁴ O passo seguinte no processo da “liberdade religiosa” (mas que pouco avançou) foi dado com a Constituição de 1824. Seu artigo 5º assim legislava: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. Constituições do Brasil” – Coleção LEX nº 34, Editora Aurora, Rio de Janeiro, v. 1, p. 76.

⁵ Nos Estados Unidos encontramos os precursores dos presbiterianos que vieram para o Brasil. Havia nesse país duas Igrejas presbiterianas (após a ruptura formal do presbiterianismo em 1837): a PCUSA – Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América (do Norte) e a PCUS – Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos (do Sul).

os norte-americanos. A PCUSA⁵ (Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América), enviou o seu primeiro missionário ao Brasil, para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo os seus adeptos, a década de 60 do século XIX foi uma *década de grandes realizações*, com a fundação da primeira Igreja presbiteriana. Depois da guerra de secessão, entre as regiões Norte e Sul do país, missionários da PCUS (Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos) vieram para Santa Bárbara do Oeste, SP, centro de irradiação de Campinas. A opção inicial por cidades do interior se explicava pelo fato de que a *obra não dava tanto na vista* (Reily, 1984:112).

Mas o processo de ampliação da liberdade era lento. Conforme ainda a Constituição de 1824, era vedada aos acatólicos a construção de edifícios que parecessem templos. Na prática, essa proibição tendia a se relaxar com o passar dos anos. Mas continuavam as pressões das autoridades sobre os acatólicos. Por exemplo: em 1887, foi lançada a pedra fundamental da torre da igreja luterana em Santa Maria, RS, mas logo em seguida, o chefe de polícia daquela província mandou sustar a construção. Mesmo nesse período, em que a monarquia brasileira dava os seus últimos suspiros, persistiam as represálias às religiões não-católicas.

Com a proclamação da República, em 1889, especialmente com a separação da Igreja e Estado a partir do Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, o catolicismo “entrou numa nova fase” (extinção do padroado). O Decreto garantia a “plena liberdade de cultos, o livre exercício e propaganda da religião evangélica, em lugar da mera tolerância do culto protestante”. Essa nova situação dava aos protestantes o direito de apelar às autoridades requerendo proteção e reparação em caso de abuso de direitos legais, ameaças ou perseguições.

A igreja católica tentou novamente oficializar a religião católica romana na Constituição de 1934. Não conseguiu mas exerceu outros tipos de pressões: “pressões para instalar crucifixos em câmaras municipais, estaduais e federal; o uso de fundos públicos para construção de templos e catedrais; o esforço em prol da dedicação do Brasil ao sagrado coração de Jesus; estabelecimento de relações diplomáticas com o Vaticano” (Reily, 1984:224). Para os protestantes, a Igreja Católica estaria ferindo a legislação que, em seu Art. 1º, previa: “É proibido à autoridade federal, assim com à dos estados federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças ou opiniões filosóficas ou religiosas”(apud Reily, 1984:225-226).

Como constava no Decreto citado acima, a liberdade instituída abrangia os indivíduos, igrejas, associações e institutos agremiados, “cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder político” (Reily, 1984:226). Aos religiosos e políticos católicos, preocupados em impedir a expansão do protestantismo no Brasil, não interessava ferir diretamente a lei federal. As soluções mais inteligentes seriam: tentar mudar a legislação, via pressões políticas, ou encontrar outras formas de excluir os protestantes da história nacional.

AS “OVELHAS ROMANAS” FRENTE AO “LOBO AMERICANO”

Em Cuiabá, no dia 8 de abril de 1926, o arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa proferiu uma palestra, no Liceu Cuiabano, como o título *Imperialismo e Protestantismo*. A palestra foi impressa e distribuída em vários estados do Brasil. Em

seu discurso Dom Aquino fez uma série de acusações ao *imperialismo norte-americano* e aos protestantes, em especial aos missionários vindos dessa nação. Associar a expansão religiosa protestante ao imperialismo norte-americano foi então o estratagem usado pelo arcebispo para burlar a legislação e destruir outras religiões, em especial, o protestantismo norte-americano. Segundo ele, “o protestantismo americano estava invadindo o Brasil por todos os lados, do litoral ao âmago dos sertões”.

Para sustentar sua tese Dom Aquino buscava fundamentação em outros escritores brasileiros (mesmo se fossem ateus). Dos escritos de Medeiros de Albuquerque, *ateu confesso, ateu integral*, Dom Aquino extraiu a seguinte afirmação: “A propaganda do protestantismo, quando fosse leal, quando só visasse o lado religioso, ainda deveria ser combatida por todos os brasileiros: ela é um fermento de desunião” (Corrêa, 1926:9-10). Não interessava ao arcebispo de Cuiabá saber com quais armas deveria lutar contra o inimigo, o importante era derrotá-lo.

Para o momento em discussão, 1926, a fonte de inspiração máxima de Dom Aquino era Eduardo Prado. O arcebispo percorreu inúmeros escritos de Prado e selecionou alguns trechos representativos do nacionalismo do autor, como no exemplo que se segue: “a insanidade da absoluta confraternização, que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônia, de que nos achamos separados, não só pela índole e pela língua, como pela história e pelas tradições do nosso povo”. Dom Aquino adaptava os discursos de Prado para a sua própria defesa e para a condenação do protestantismo norte-americano. Para ele, o protestantismo era perverso corruptor e arrebatador da “alma naturalmente católica” do brasileiro (Corrêa, 1926:8). Prado também fez estudos sobre a Doutrina Monroe, destacando o que ela representava. Era um

documento atual que servia plenamente para transformar a *América para os Americanos (do Norte)*⁶.

A associação, que fez o arcebispo, do protestantismo ao imperialismo norte-americano foi então muito oportunista. Se os norte-americanos prosseguíam na sua política de expansão no Brasil e na sua política de difamação do catolicismo, qual seria então *o remédio?* Para Dom Aquino seria uma contra-ofensiva baseada numa forte propaganda católica, para a qual deveriam “concorrer todos os de boa vontade. Não é preciso ser católico para ajudar a Igreja na sua missão nacionalizadora. Basta ser brasileiro e patriota” (Corrêa, 1926:10).

Para reafirmar o seu pensamento antiimperialista Dom Aquino buscava na própria oposição o seu testemunho. Dessa vez, o alvo do arcebispo foi o Reverendo Philippe Landes, representante presbiteriano em Cuiabá. Na interpretação de D. Aquino o Dr. Landes deixava claro (em seu discurso) qual era a missão dos protestantes: “A expressão protestante do cristianismo é o único meio ao nosso alcance, para combater estes sentimentos contrários aos Estados Unidos”⁷.

Naquele momento, a grande preocupação de Dom Aquino voltava-se para os resultados do Congresso do Panamá, celebrado em 1916. Para o arcebispo o Congresso havia marcado “a

⁶ Dom Aquino transcreveu parte de um discurso de Evarts, um ex-secretário de Estado nos Estados Unidos. *Em banquete de caráter internacional 'entre gargalhadas dos yankees e os sorrisos amarelos dos mexicanos' assim dizia ele ironicamente sobre os resultados da Doutrina Monroe: Olhando para o mapa, vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Tio Sam é bom de garfo, há de devorar o presunto...* (CORRÊA, *Op. cit.*, 13)

⁷As críticas de Dom Aquino extrapolavam séculos e foram até Lutero, o precursor do protestantismo. Escreveu D. Aquino sobre Lutero: “É valha a verdade que si a Igreja de Deus não tivesse a promessa divina da imortalidade, houvera já sucumbido à infecção desse gigantesco cadáver, o protestantismo, que ele deixou, há quatro séculos, sobre a face da terra, verminado de seitas” (Corrêa, 1926:19, 23).

época mais importante nessa organização formidável em que parece mesmo darem-se as mãos o imperialismo e a heresia”. Segundo Dom Aquino, foi a partir desse evento que o protestantismo americano “elevou a mais de cento por cento os seus esforços, despendendo neste último ano, cerca de cinco milhões de dólares..., na realização de seus planos de conquista da América Latina. O Brasil estaria sendo invadido pelo protestantismo sob o olhar dito da águia americana”.

As críticas de Dom Aquino ao protestantismo não se restringiam ao político e ao religioso. Tramitavam pelo social, abordando o casamento, o divórcio, o ensino (desde as escolas primárias às Universidades) e o racismo. Incrimina a América protestante por ter exterminado a bala os índios das suas terras, “esses mesmos índios, que o catolicismo amparou com dedicação por vezes heróica” (Corrêa, 1926:35). Na sua estratégia de associar patriotismo e catolicismo, foi categórico: “Toda e qualquer religião, que não a católica, é estrangeira no Brasil e estranha à nossa nacionalidade...” (Corrêa, 1926:40).

A REFUTAÇÃO PROTESTANTE

“As armas favoritas dos defensores do romanismo são a mentira, a calúnia e a difamação.” (Landes, 1928:31)

Dom Aquino não ficou sem resposta. Os protestantes, por intermédio de Philipe Landes, publicaram uma série de artigos para rebater as críticas do arcebispo⁸. Landes, em *Dom Aquino Imperialismo e Protestantismo*, inicia suas refutações às críticas a partir do seguinte princípio geral: “A religião não é uma qualidade inerente e constituinte da nacionalidade de um povo, mas é

⁸ As críticas protestantes aos católicos romanos fundamentavam-se em 4 grandes erros do romanismo: idolatria – o uso de imagens e a mariolatria (adoração à virgem Maria), negligência na difusão e leitura da Bíblia, ignorância e superstição do povo católico e imoralidade do Clero.

antes de tudo um elemento característico de toda a humanidade” (Landes, 1928:7). Landes insiste em afirmar que a religião transpõe as fronteiras nacionais, para descaracterizar as afirmações de Dom Aquino que categoricamente afirmava que o Brasil era um país católico. Completando o seu raciocínio, Landes contestava: “a própria religião católica romana, dizendo-se católica pretende ser não uma religião nacional, mas universal; diz-se de toda a humanidade e não exclusivamente brasileira”. Segundo o revelando, se a religião romana fosse destruída (com a separação da Igreja e do Estado), nossa nacionalidade não desapareceria como afirmava o arcebispo. O que desapareceria era “uma instituição perniciosa, inimiga secular de todas as conquistas liberais”.

Para Landes não era “justo julgar a política dos Estados Unidos pelas descabidas asserções de indivíduos exóticos ou pelos excepcionais e raros atos de injustiça praticados pelo governo americano” (Landes, 1928:8, 13). Landes acrescenta que os estadistas americanos não acreditavam na ficção de um perigo Yankee. Para sustentar suas idéias, citou o exemplo da visita, a Cuiabá, do Dr. Robert Mac Gregor, membro da junta das Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, e a sua visita ao vice-presidente do Estado de Mato Grosso, Estevão Alves Corrêa, em exercício.

Landes não negava em todo o seu discurso que, para evitar inimizades e guerras, era necessário investir maiores esforços e “mais avultosas somas no trabalho das missões evangélicas”. Admitia ter falado sobre o analfabetismo, das doenças e das condições morais que prevaleciam no Brasil, “como conseqüências funestas dos quatrocentos anos do domínio da Igreja Romana no nosso país”.(Landes, 1928:32, 35).

Sobre a acusação de Dom Aquino de que os protestantes brasileiros foram comprados pelo dólar americano, respondeu Landes: “Quando faz esta afirmação mente escandalosamente o

virtuosíssimo arcebispo de Mato Grosso e sabe que está mentindo [...] pois as armas favoritas dos defensores do romanismo são a mentira, a calúnia e a difamação” (Landes, 1928:56, 31).

Philippe Landes, em seu texto de 132 páginas, além de rebater todas as críticas feitas por Dom Aquino, vai além. Os salesianos, *chefiados por D. Aquino*, foram classificados como inimigos da República. O Vaticano foi acusado de se intrometer nos negócios temporais do Brasil e de outras nações. Os Jesuítas foram responsabilizados pelo analfabetismo e pela perversão da mocidade. Enfim, o representante presbiteriano em Cuiabá não poderia deixar passar em branco qualquer tentativa de difamação da sua religião.

Com a Constituição republicana, os *não-católicos* haviam conquistado a liberdade legal para estabelecerem os seus templos, realizarem os seus cultos e promoverem propagandas para a conquista de fiéis. Aos *católicos*, que perderam pela legislação a exclusividade enquanto religião oficial do Estado, restava criar suas estratégias para impedir a expansão das outras religiões. A história nos mostra que a Igreja católica, principalmente em território brasileiro, sempre esteve alerta para esta questão. Isso ficou muito claro nas iniciativas tomadas por Dom Aquino em Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

CORRÊA, F. de A. 1926. Imperialismo e Protestantismo: conferência realizada em Cuiabá: Salão do Lyceu Salesiano, 12 de abril de 1926. In: *A CRUZ*, da Liga Catholica da Archidiocese de Cuiabá.

BEOZZO, J. O. 2000. Religiões na história do Brasil. *Vereda*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Fundação do Movimento Direito e Cidadania, v. 1, n. 1.

REILY, D. A. 1984. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, Aste.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Coleção LEX nº 34, Rio de Janeiro, Aurora, v. 1.

LANDES, P. 1928. *Dom Aquino: imperialismo e protestantismo*. Cuiaba, Typ. d'A Penna Evangélica.